



Violência obstétrica: expressa ou encoberta

Matheus Felipe Pereira Lopes¹, Karoline de Souza Oliveira², Raynara Laurinda Nascimento Nunes^{1*}, Samara Atanielly Rocha¹, Sélen Jaqueline Souza Ruas³.

¹Faculdades de Saúde e Humanidades Ibituruna - FASI; ² Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE; ³ Faculdades de Saúde e Humanidades Ibituruna - FASI

*srtraynunes@gmail.com

Introdução: O termo “violência obstétrica” é desconhecido por muitas mulheres durante a gestação juntamente com os direitos reprodutivos que são a elas são adquiridas, principalmente as mães de primeira viagem, com esse conceito não formulado acabam deixando susceptível a ocorrência de tal ato. A violência obstétrica é aquela que ocorre de forma física ou psicológica, verbal, simbólica, a negligência, discriminação e/ou realização de procedimentos sem indicação clínica ocorrendo no momento da gestação, parto e puerpério. **Objetivo:** Descrever a ocorrência de violência obstétrica vivenciada pelas mulheres, seus desfechos e alternativas para a diminuição dessa ocorrência. **Metodologia:** Trata-se de revisão de literatura integrativa, com utilização de literatura cinzenta. Os dados foram coletados nas plataformas Scielo (*Scientific Electronic Library*), Pubmed (Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) com os descritores: “Violência” AND “Obstétrica”. Os textos foram publicados entre 2019 e 2020, no total de 29. Após uma leitura completa, foram excluídos 17 textos que não enquadram no objetivo da pesquisa, resultando em 12 textos. **Resultados:** Destaca-se nessa temática a falta de conhecimento e informação das parturientes sobre os direitos sexuais e reprodutivos que as resguardam, bem como o desconhecimento sobre a violência obstétrica deixando-as mais vulneráveis a ocorrência. Violências obstétricas são apontadas em diversas modalidades: física, verbal, institucional e psicológica. Dentro dessa ampla modalidade citada cita-se alguns exemplos dessa violência: práticas de intervenções sem evidências clínicas como o exame vaginal repetitivo, episiotomia, amniotomia, uso de ocitocina para acelerar o parto, uso de fórceps sem indicação clínica, preconceitos além de diálogos que hostilizam as parturientes até a não presença do acompanhante prevista em lei, além da não inclusão das mulheres nas decisões durante a parturição. Situações que acabam ocorrendo devido à falta de informação. **Conclusão:** Para diminuir essas ocorrências, medidas devem ser implementadas. O projeto “Parto Adequando” e “Apice On” são políticas adotadas no Brasil com essa finalidade, mas ainda se faz necessário à adoção de educação em saúde durante o pré-natal com informações a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, além de um avanço na formação dos profissionais para incorporar práticas humanizadas e adotar um olhar holístico sobre sua assistência.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Parto, Direitos reprodutivos.